

11/08/2023 11:03:17 - AE NEWS

TCU APONTA DEMANDAS E DESAFIOS PARA MODELO DE AUTORIZAÇÕES FERROVIÁRIAS

Por Luiz Araújo

Brasília, 11/08/2023 - O Tribunal de Contas da União (TCU) listou nesta semana desafios nos processos de análise e governança que impedem o avanço da política de autorizações ferroviárias estabelecida pela Lei 14.273/2021. As recomendações foram formalizadas durante julgamento da Corte na última quarta-feira (9) sobre o processo de acompanhamento da implantação do modelo.

Ao avaliar a prática adotada pelo poder público nas análises de autorizações, o órgão concluiu que o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) precisam melhorar os procedimentos adotados. Outro recado foi no sentido da necessidade de atenção para a conciliação entre os modelos de autorização e de concessão.

Em seu voto, o ministro relator, Jhonatan de Jesus, apresentou balanço que mostra o potencial de investimento a partir do modelo. Desde que a possibilidade foi criada, foram apresentados 101 pedidos de autorização para exploração ferroviária. Desses, 81 requerimentos restantes representam potencial investimento de R\$ 337 bilhões e um possível acréscimo de 21.743 quilômetros à malha ferroviária federal.

"Entre esses, 39 já foram aprovados, sinalizando um aumento de 12.764 quilômetros na malha e investimentos na ordem de R\$ 220 bilhões", escreve o ministro. No entanto, pondera, esses números devem ser analisados com cautela, pois existe o risco de que parte dos requerimentos não resulte na implementação de novas ferrovias.

No modelo de autorizações, as empresas conseguem aval do poder público para construir por conta e risco próprios uma ferrovia privada.

Principais pontos de avaliação

O TCU entendeu que a implementação enfrenta percalços. A área técnica identificou a ausência de institucionalização de diretrizes da política nacional de transporte ferroviário, além de desafios na avaliação individualizada sobre a compatibilidade de cada requerimento de autorização com a política nacional.

Assim, o tribunal encaminhou recomendação à ANTT indicando que a agência desenvolva um meio de avaliar requerimentos de autorização com maior eficiência e considerando particularidades de cada caso.

O advogado Fernando Gallacci, sócio da área de Infraestrutura do escritório Souza Okawa Advogados, explica que a recomendação vai no caminho de reduzir a burocracia envolvida no processo. "Com consulta ministerial tão somente nos casos em que houver dúvida do regulador sobre a aderência do requerimento com a política pública", destaca Gallacci.

Os ministros do TCU entenderam que o Ministério dos Transportes já desenvolve uma série de iniciativas que visam a conferir diretrizes mais concretas para a política de transportes ferroviários, devendo a área técnica apenas acompanhar o desenvolvimento das ações reportadas na próxima etapa do acompanhamento.

Eles mantiveram ainda preocupação quanto ao impacto do regime de autorização nas concessões existentes, apontando a necessidade de cautelosa análise de reequilíbrio ou adequação contratual para os casos que identificarem impactos advindos do novo regime.

11/Ago/2023 13:30

Especialistas elogiam acompanhamento

Para o advogado Carlos Magno de Abreu Neiva, da Porto Lauand Advogados, o acompanhamento feito pelo TCU tem se mostrado positivo. Ele afirma que, do modo como está sendo feita, a fiscalização confere maior segurança jurídica aos interessados. "Ter uma análise concomitante, com recomendações pontuais, garante que não haverá surpresas com relação às autorizações concedidas", explica.

O advogado Regis Dudena, sócio da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, diz que, mantidas as características observadas até agora, o trabalho do TCU se demonstra fundamental para o avanço do modelo. "O que cabe ao tribunal é seguir com a colaboração técnica no sentido de apontar deficiências e eventuais sugestões de caminhos de melhorias", destaca.

Na mesma linha está a avaliação de Fernando Gallacci. "Por enquanto, o acompanhamento não parece ter implicado atraso significativo. Ao contrário, nesta etapa inicial, há indícios de que o entendimento da Corte está efetivamente servindo para validar ações Ministeriais e 'eficientizar' os processos de análise dos pleitos de autorização", diz.

Mais desafios

Um ponto destacado pelo acompanhamento do TCU e de grande preocupação para especialistas do setor gira em torno de vetos à Lei 14.273/2021, que estão com análise parada no Congresso. O tribunal cobra que estes vetos sejam avaliados rapidamente para afastar a insegurança jurídica.

Para os advogados consultados, é justamente a análise dos vetos o maior obstáculo para o avanço do modelo atualmente. A análise chegou a ser pautada em julho, mas acabou sendo retirada sem a estimativa de uma nova data. "Enquanto essa apreciação não ocorrer, parte da regulação - até para a própria análise do TCU - fica incerta", explica Neiva.

Na avaliação de Gallacci, as grandes discussões ainda estão por vir. Para ele, elas chegarão quando forem superados os vetos e se iniciarem as discussões de impacto concorrencial do novo modelo ferroviário e ou forem verificadas inconsistências em algumas das ferrovias autorizadas. "Sobretudo em função da ausência de necessariamente se apresentar estudos avançados no momento do requerimento da autorização", diz.

Regis Dudena elenca vários aspectos a serem perseguidos nos próximos anos. Para ele, há pontos que podem ser regulados de forma mais detalhada e precisa, no sentido de trazer maior segurança jurídica. "O Ministério dos Transportes e a ANTT precisarão trabalhar em meios de interação concreta entre ferrovias autorizadas e concedidas. Adicionalmente, há o tema da carga regulatória dos dois modelos, que precisa ser avaliada e bem sopesada pelo regulador", cita.

Contato: luiz.araujo@estadao.com